



A Universidade Federal do Espírito Santo e a ditadura – 1964/1968

ALEXANDRE CAETANO¹

Introdução

O Estado do Espírito Santo, como de resto todo o Brasil, também passou por profundas transformações durante a década de 1960, período conturbado da história do Brasil, marcado pela instalação de uma ditadura após o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, cujo regime de exceção e arbítrio se prolongaria por 21 longos anos, com altos custos para a Nação, inclusive em termos de vidas daqueles que foram vítimas de seu aparelho repressivo e foram mortos ou “desapareceram”.

Temos pesquisado vestígios da dinâmica do Movimento Estudantil (ME) no Espírito Santo nos anos 1960, para determinar, entre outras questões, até que ponto ele não foi caudatário do ME nacional, ignorando ou subestimando questões específicas que marcavam a conjuntura regional de um Estado periférico da federação, bem como a hipótese de que a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) tenha sido um laboratório da reforma universitária da ditadura militar, tema que desenvolvemos em nossa monografia de conclusão do curso de graduação de História (CAETANO, 2013).

Nossa perspectiva de estudo, baseada na visão de João Roberto Martins Filho (1987) e Marialice Foracchi (1977), procura se despir de qualquer tentação de dar ao ME o caráter épico que ele costuma receber em representações construídas por seus atores e mesmo em muitos dos estudos e pesquisas dedicados ao movimento do período que analisamos. Para Martins Filho (1987: 15) a “mitologia estudantil” é resultado de uma reprodução ilusória localizada na própria autoimagem elaborada pelas lideranças universitárias. Baseado no conceito de categoria social de Nicos Poulantzas (MARTINS FILHO, 1987: 20), Martins Filho classifica os estudantes como representantes de uma categoria social inserida na classe média, o que faz com que sua situação de classe se torne um fator fundamental na definição do caráter social de sua participação.

Entre 1966 e 1968, a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) passou por uma reestruturação acadêmico-científica afinada com os princípios da reforma universitária projetada pela ditadura militar, ao mesmo tempo em que os estudantes se mobilizavam em

¹ Graduado em História e Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

todo país contra os acordos celebrados pelo governo brasileiro, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC), com a agência norte-americana *United States Agency International Development* (USAID), que se tornaram conhecidos como acordos MEC-USAID².

A Ufes e a reestruturação da ditadura

A reestruturação da Ufes mudou sua configuração física, que de uma federação com oito ³ faculdades espalhados pela Capital capixaba, passou a se concentrar em apenas dois campi, em Goiabeiras e Maruípe Apesar da grande mobilização do ME no período que vai até 1968 contra os famigerados acordos MEC-USAID, inclusive no Espírito Santo, instrumentos que contribuíram para que ditadura militar estabelecesse as bases para a Reforma Universitária, enfim efetivada com a edição da Lei nº 5.540, de 28 de dezembro de 1968, nos chama a atenção à ausência de informações acerca de uma possível mobilização local contra o fato da Ufes ter sido um verdadeiro laboratório da reforma universitária planejada pelo regime militar.

Aliás, o que nos parece é que ME local não se deu conta da dimensão do processo de reestruturação que se desenvolvia dentro da Universidade, pois não se pode afirmar que ela tenha sido feita de forma oculta. Publicações feitas pelas entidades estudantis e os depoimentos de algumas de suas principais lideranças, mostram que eles tiveram conhecimento do que se passava naquele momento. De acordo com o estatuto da Ufes da época, a representação estudantil no Conselho Universitário era formada pelo presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e um representante eleito pelos estudantes. Mas mesmo depois que os estudantes ligados à posições mais à esquerda conquistaram o DCE, o processo continuou tramitando sem maiores dificuldades na Universidade.

O processo de elaboração do projeto de reestruturação da UFES começou com a vinda à Vitória de Rudolph P. Atcon, técnico do USAID e autor de um célebre relatório sobre a situação do ensino superior brasileiro, que seria conhecido pelo o seu nome (Relatório Atcon),

² De acordo com Luiz Antônio Cunha e Moacir de Góes (*O Golpe da Educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 26), os Acordos MEC-USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isso é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos. Entre 1964 e 1968 foram firmados 12 acordos.

³ Faculdades de Direito, de Medicina, de Odontologia, de Economia, de Filosofia, Ciências e Letras e de Educação Física, além da escolas Politécnica e de Belas Artes.

muito citado em documentos produzidos pela UNE e entidades estudantis. Através de um ofício enviado à Atcon pelo reitor da universidade, Alaor de Queiroz Araújo, descobrimos que ele havia mantido “entendimentos” o técnico da Usaid no Rio de Janeiro em maio de 1966, quando foi acertada a vinda dele à capital do Estado, com o objetivo de “familiarizar-se com as dependências da UFES, conhecer as diretivas da Universidade e conversar amplamente sobre todos os aspectos que as animam em torno da renovação de nosso plantel de estudos superiores”.

Não havia ainda um acordo fechado para que o técnico do Usaid elaborasse o projeto de reestruturação, mas sim para que ele “sugerisse” medidas para a realização da “inadiável” reestruturação da Ufes para que, na medida em que surgissem oportunidades e necessidades, se combinassem “de mútuo acordo”, visitas subsequentes para o tratamento de aspectos do planejamento integral da UFES. Pelo texto do ofício, Atcon desembarcou em Vitória no dia 12 de junho de 1966, para uma visita de uma semana, com passagens de ida e volta de avião e estadia em hotel pagas pela reitoria, que ainda colocou uma importância de Cr\$ 1 milhão “à disposição” do técnico do USAID.

Depois da visita, em outro ofício enviado à Atcon. Queiroz Araújo solicitou que Atcon indicasse as “bases financeiras” para elaboração por parte dele do “planejamento integral” para a Ufes. Não descobrimos, pelo menos até os dias atuais, nenhum documento sobre quais teriam sido essas “bases”. O certo é que, através da Resolução nº 17/67, de 24 de junho de 1966, o Conselho Universitário aprovou a criação de uma Comissão de Planejamento, destinada a proceder a reestruturação da Universidade, nos termos da Mensagem nº 06/66, do reitor Alaor de Queiroz Araújo, de 21 de junho de 1966.

A poderosa Comissão de Planejamento foi inicialmente presidida pelo professor da Escola Politécnica, José Manuel da Cruz Valente, substituído depois pelo professor Ivan Ramos de Medeiros, que faleceria em maio de 1967. Quem assumiu a presidência então foi Marcello Antônio Basílio, que se transformaria de um dos mais destacados membros da burocracia universitária, ocupando vários cargos, até o final da ditadura militar, em 1985. Também compuseram a comissão Stélio Dias, Manoel Ceciliano Sales de Almeida e Enildo Carvalhinho. Anos depois, Sales de Almeida seria reitor da UFES e, depois da Universidade de Vila Velha (UVV). Stélio Dias e Marcelo Basílio seriam secretários de Estado da Educação, respectivamente, nos governos de Eurico Resende (1979-1983) e José Ignácio

Ferreira (1999-2002). Dias também se elegeu duas vezes deputado federal pelo PDS (1983-1987) e, posteriormente, pelo PFL (1987-1991).

Atcon apresentou o projeto de reestruturação para a Comissão em dezembro de 1966. O Plano de Reestruturação Acadêmico-Científica da Ufes, elaborado em cima da proposta do técnico do USAID, foi entregue aos membros do Conselho Universitário na reunião realizada em 04 de abril de 1967. No entanto, antes mesmo que o plano fosse aprovado pelo órgão colegiado superior da Ufes, quando Atcon já ocupava a Secretaria Executiva do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), o projeto foi transformado em livro e publicado pela editora da Universidade Federal de Santa Catarina (ATCON, 1976).

Através da Mensagem nº 04/67, de 04 de abril de 1967, ao enviar o plano para apreciação do Conselho Universitário, o reitor Alaor de Queiroz Araújo esclareceu que a nova estrutura acadêmico-científica se encontrava dentro do espírito que norteava a política para o ensino superior preconizado pela ditadura militar, através do Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, suplementado pelo Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967 (UFES-DAOCS). É importante assinalar que os dois decretos-lei foram editados **depois** (grifo nosso) que Atcon já havia apresentado sua proposta de reestruturação da Ufes.

No final da mesma reunião de 04 de abril de 1968, o reitor Queiroz Araújo determinou a distribuição do Volume I do Plano de Reestruturação Acadêmico-Científico para os integrantes do Conselho Universitário, dando início à discussão do projeto naquele órgão, o que se estenderia até o mês de julho. Naquele momento, eram representantes discentes, o presidente do DCE, Jorge Augusto Pires Encarnação, e o conselheiro Rodrigo Loureiro Martins, ambos identificados com posições conservadoras e da direita no Movimento Estudantil. Não existe qualquer registro de que essa discussão tenha sido levada para o conjunto dos estudantes.

Com a eleição de uma nova diretoria do DCE, no final de maio de 1966, em pleito indireto, a representação estudantil mudou, com o estudante de Direito, Carlos Magno Gonzaga Cardoso, assumindo uma vaga como novo presidente da entidade. Cardoso era conhecido por ter posições moderadas e conciliatórias, embora se dissesse próximo da esquerda católica, mais especificamente da Ação Popular (AP), e parte dos membros de sua diretoria fossem ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Já o ex-

presidente do DCE, Jorge Pires Augusto Encarnação, de posições assumidamente de direita, foi reconduzido ao Conselho na condição de representante discente.

A discussão e votação das emendas ao projeto se estenderam por até 17 de julho de 1967, quando o Conselho Universitário aprovou o parecer do conselheiro Emílio Zanotti, favorável ao Plano de Reestruturação, com o voto contrário apenas do conselheiro João Luiz Horta Aguirre, assim mesmo, por questões estritamente corporativistas, ligadas aos interesses da Faculdade de Odontologia. Os dois representantes estudantis votaram pela aprovação do projeto. No geral, as emendas aprovadas foram mais cosméticas e não alteraram nada de substancial no plano.

A discussão sobre o Plano de Reestruturação Acadêmico-Científica no âmbito da UFES não se encerrou em 1967. O Conselho Universitário voltou a apreciar o projeto pouco mais de um ano depois de sua aprovação pelo colegiado. Na sessão de 30 de Julho de 1968, a primeira em que participava o novo presidente do DCE, César Ronald Pereira Gomes, então ligado ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o reitor Alaor de Queiroz Araújo levou ao conhecimento dos conselheiros o conteúdo do Parecer nº 360/68, da Câmara de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação (CES/CFE), que decidiu que fosse baixado em diligência o processo relativo ao Plano de Reestruturação Acadêmico-Científico e a minuta de decreto que se encontrava anexado para a sanção do Presidente da República.

Além de César Ronald, cuja diretoria contava com participação também de estudantes ligados à Ação Popular (AP) e Ala Vermelha do PCdoB, no final de maio daquele ano também havia sido eleito como representante discente no Conselho Universitário, o estudante de Direito José Carlos Risk, que já havia participado de duas reuniões anteriores do colegiado. Mostrando que havia pressa na apreciação dos questionamentos e pedidos de esclarecimentos feitos pela CES/CFE, o reitor Alaor de Queiroz Araújo encaminhou para o Conselho, além do parecer e da minuta do decreto, a Mensagem da Reitoria nº 04/1968 e o relatório e voto do conselheiro Emílio Roberto Zanotti, definido com relator da matéria ⁴.

Na mensagem do reitor Alaor de Queiroz Araújo, pela primeira vez foi revelado que um conselheiro do próprio CFE, Valnir Chagas, havia sido convidado pela reitoria para vir à

⁴ Raimundo Valnir Cavalcante Chagas (1921-2006), conselheiro do CFE de 1962 a 1976, foi um dos principais autores da reforma universitária de 1968 e também teve destacada participação na idealização e elaboração da Lei n.º 5.692/1971, que implantou a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no antigo 2º grau. Um dos fundadores da Universidade de Brasília (UnB) lecionou por várias décadas na Faculdade de Educação.

Vitória analisar o Plano de Reestruturação Acadêmico-Científico, tendo em vista o papel decisivo dele nas medidas de reestruturação das universidades promovidas pela ditadura. O conselheiro, a pedido de Araújo, elaborou o esboço do decreto para servir de orientação, quando da apreciação do mesmo pelo CFE. O objetivo seria facilitar a aprovação do plano.

Na sessão seguinte do conselho, foi lido o expediente da reitoria que seria enviado ao CFE, redigido de acordo com a decisão tomada pelo colegiado na reunião anterior e contendo os esclarecimentos da Universidade ao Parecer nº 360/68. O presidente do DCE, César Ronald, propôs que cópias do expediente fossem distribuídas aos conselheiros, para que eles pudessem estudar e analisar os documentos. A proposta foi aprovada pelo plenário e foi definido um prazo de sete dias para a análise (UFES-DAOCS).

Parecia que, pela primeira vez, uma posição surgida de uma discussão mais aprofundada, ao menos das lideranças estudantis, pudesse ser expressa na tramitação do processo. Mas na sessão realizada em 19 de agosto de 1968, o expediente foi aprovado por unanimidade. César Ronald não compareceu e foi substituído pelo vice-presidente do DCE, José César Leite.

A nova estrutura proposta pelo Plano de Reestruturação Acadêmico-Científica da Ufes seria referendada pelo presidente-marechal Costa e Silva, através do decreto nº 63.577, de 08 de novembro de 1968, 20 dias antes da promulgação da Lei 5.540/1968, que impôs a Reforma Universitária da ditadura. Como podemos perceber a Universidade capixaba já estava sintonizada com ela. A partir da promulgação do decreto, a Ufes ganhou uma estrutura semelhante a que tem hoje, com nove centros: Centro de Estudos Gerais (CEG), Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Centro Biomédico (CBM), Centro Pedagógico (CP), Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), Centro Tecnológico (CT), Centro de Artes e Centro Agropecuário.

A reação do Movimento Estudantil da Ufes

Mas qual foi a reação do Movimento Estudantil da Ufes diante da reestruturação da universidade? De acordo com a pesquisa que realizamos, entre os dias 03 e 10 de junho de 1967, o Diretório Acadêmico (DA) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafi), cuja diretoria era influenciada pelas posições da AP, realizou a I Semana Estadual dos Estudos exatamente no período em que o Conselho Universitário aguardava emendas para a votação do Plano de Reestruturação. Como resultado do evento, o DA produziu uma revista cultural,

contendo as teses apresentadas e aprovadas na semana sobre Mercado de Trabalho, Papel dos Centros de Estudos, Exames de Suficiência, Faculdade de Filosofia e Realidade Nacional.

Não há nas 70 páginas da revista, uma única citação sobre o projeto de reestruturação da Ufes. Não se pode dizer o mesmo quanto às referências aos Acordos MEC-USAID. Na tese sobre o Mercado de Trabalho, apresentado pelo Centro de Estudos Pedagógicos, ao lado de uma crítica à estrutura socioeconômica brasileira, “completamente ultrapassada historicamente” e ao sistema educacional, dominado por escolas particulares, afirma-se que a situação estaria mais seriamente ameaçada e se agravaria, não somente no plano estadual, mas também nacional com a adoção do plano MEC-USAID. “O dito acordo não somente visa colocar a educação totalmente nas mãos de particulares, mas mais do que isso, subordinar-nos a uma cultura alienígena”. O plano de luta proposta na tese, fala em “revogação do Acordo MEC-USAID”. (Revista Cultural Fafi, 1967).

Na tese sobre a importância dos centros de estudos, apresentado por um grupo de alunos do Centro de Estudos de Letras, propõe-se como meta “Pugnar por Reforma Universitária que atenda às nossas necessidades e colabore o desenvolvimento nacional”. Também se propõe a denúncia da política educacional do MEC, como “política que visa elitizar cada vez mais as Escolas Superiores” e a luta contra o acordo MEC-USAID, o Plano Atcon e “qualquer tentativa nefasta ao interesse nacional” (Ibid., 1967: 29-30).

Na tese apresentada pelo então estudante de Pedagogia da Fafi, Renato Viana Soares, então ligado às posições do PCB, sobre os exames de suficiência, há uma referência genérica ao Acordo MEC-USAID. Entre as medidas que, segundo Soares, tinham como objetivo o “desincentivo” a formação de professores, estava a transformação de colégios oficiais em fundações, o que subordinaria a educação nacional aos Ford e Rockefeller (Ibid., 1967: 39), segundo ele, como já estaria subordinada ao acordo MEC-USAID.

A tese *Faculdade de Filosofia e realidade brasileira*, apresenta a proposta de que alunos da Fafi se unissem aos demais estudantes brasileiros, que denunciavam a Reforma Universitária proposta pelo governo, uma vez que ela foi elaborada sob a aprovação e dependência de um governo estrangeiro (Acordo MEC-USAID) e “obediente ao Plano Atcon, que tem como características – privatização, elitização, alienação e afastamento do estudante da vida nacional, tolhendo seu direito de participação” (Ibid.). Isso quando se discutia na Universidade um projeto de reestruturação elaborado pelo mesmo Rudolph Atcon!

O DCE da Ufes, em agosto de 1967, lançou o jornal da entidade, portanto depois que o projeto de reestruturação da Universidade já havia sido aprovado pelo Conselho Universitário. No entanto, ele é tratado de forma meramente informativa, sem nenhum tipo de crítica ou uma análise mais aprofundada sobre seu conteúdo. As páginas centrais do jornal são dedicadas à uma entrevista do reitor Alaor de Queiroz Araújo, que fala, entre outras coisas, sobre a reforma da Ufes e a participação estudantil, a cidade universitária e o Acordo MEC-USAID. Ao ser perguntado sobre até que ponto o acordo MEC-USAID influiria na reforma da Ufes, Araújo afirmou que ele fora iniciado depois que a universidade havia começado os estudos para a elaboração dos Planos de Reestruturação Acadêmica-Científica e Física e antes da edição dos Decretos-lei 53/66 e 252/67.

A esta altura já estamos com o projeto de Estrutura Acadêmico-Científico pronto e aprovado pelo Conselho Universitário. O Plano de Estrutura Física concluído e em fase de execução com os pavilhões a serem construídos no Campus em concorrência pública e outras providências a serem tomadas, como a reforma administrativa. Tudo agora feito com um mínimo de recursos financeiros e com o pessoal da nossa própria universidade. Assim, não vejo a como o Acordo possa influir, substancialmente, na Reforma da Universidade Federal do Espírito Santo, mas acrescento que, qualquer recurso que vier para somar a esse trabalho que, graças a Deus, já reputo irreversível e gigante, será bem recebido. (**O Universitário**, 1967:5)

O curioso é que, ao referir a aspectos da reestruturação da Ufes, o reitor destacou exatamente pontos básicos que fundamentaram a Reforma Universitária da ditadura, como a necessidade de evitar dispersão e duplicação de recursos e meios e a estruturação em departamentos.

O ponto básico para a reforma da universidade seria a estruturação dos campos básicos do conhecimento humano, de maneira independente do controle das carreiras, ao mesmo tempo em que os integre em si de tal forma, que cada campo ajude o desenvolvimento todos demais, enquanto todos, em conjunto sirvam [ilegível] às finalidades da Universidade. Isto, decididamente, processado e equacionado, vai permitir, entre outras coisas, economizar os recursos materiais e humanos da Universidade, [ilegível] e concentrando todos os serviços afins num só lugar [ilegível] todos os professores do mesmo campo numa mesma unidade e todos os estudantes que vão cursar determinadas disciplina na unidade correspondente ao seu campo". (Ibid., 1967:04)

No mesmo jornal, o DCE publicou, na íntegra, a Carta de Princípios do Congresso da UNE, realizado clandestinamente num convento em Vinhedo (SP), que reafirma a luta contra o acordo MEC-USAID e a Reforma Universitária da ditadura. Outra matéria, sobre a Semana do Estudante Secundário, realizada pela União Municipal de Estudantes Secundaristas (UMES) de Vitória, faz referência à uma conferência organizada pela entidade com o então senador Mário Martins (MDB-RJ), que falou sobre os acordos do Brasil e os Estados Unidos

que, segundo a publicação, revelavam a invasão estrangeira que o Brasil estava sofrendo e a “nossa total subordinação a interesses estranhos”.

Ainda antes mesmo que o Plano de Reestruturação Acadêmico-Científico fosse aprovado, o jornal do DA da Fafi, em março de 1967, entrevistou Stélio Dias, integrante da Comissão de Planejamento, para falar sobre a Reforma Universitária. O tom da entrevista mais uma vez é apenas informativo. Dias é questionado se a reestruturação da Reforma Universitária iria resolver o problema do ensino superior e se existia um padrão de reforma para todos os Estados. Mas sobre o conteúdo da reestruturação da Ufes, as perguntas se referiam apenas à futura situação da Fafi. Não há questionamentos sobre processo de tramitação, que nem sequer foi criticado no jornal.

Questionado sobre sua posição no Conselho Universitário, Carlos Magno Gonzaga Cardoso admite que votou a favor do plano de reestruturação da Universidade, mesmo contrariando a posição de vários grupos que haviam apoiado sua eleição para a presidência do DCE.

Eu fui dos responsáveis, vamos dizer assim, pela modificação desse negócio. Hoje eu até revejo um pouco essa posição, talvez o voto tenha sido realmente errado, não só pelo problema político, mas porque talvez não fosse ideal essa situação de centros. Mas também não sei se o melhor era o esquema de faculdades, falando em termos de reestruturação. Sinceramente não sei. Rever é fácil, vinte anos depois, não é? (CARDOSO, 1995)

O então estudante de Economia e ex-diretor da UEE, Antônio Caldas Brito, garante que houve discussão sobre o projeto e joga a responsabilidade em cima do ex-presidente da entidade. Ele diz lembrar-se dessa discussão no movimento, mas pondera que as lideranças estudantis não teriam conseguido popularizar aquela bandeira, porque havia um apoio muito grande da imprensa naquele momento à influência norte-americana. Ao ser perguntado se o movimento não tinha tido a dimensão da reforma, Caldas Brito insistiu que ele não teria tido é força para se contrapor à mesma. Além disso, segundo ele, Carlos Magno era uma liderança conciliatória, que não teria levado a discussão para a diretoria do DCE, porque sabia que a posição da maioria, que era ligada às posições de esquerda, teria sido contrária.

Mas sobre o voto favorável dos representantes estudantis mais combativos na discussão realizada no ano seguinte, quando o plano havia retornado à Ufes, Caldas Brito atribuiu às possíveis pressões que eles estariam sofrendo, diante do ambiente repressivo que se vivia na época, se referindo especificamente a César Ronald, o carismático líder estudantil capixaba do mítico ano de 1968.

Eu acredito que ele deve ter recebido pressões muito fortes para ter votado isso, porque sabia que nós, diretoria do DCE, sempre fomos contra. Era uma das principais bandeiras do movimento. Acho que eles receberam uma pressão muito grande para votar favorável e o César, apesar de ser uma liderança combativa muito forte, não sei se teve consciência da amplitude e de que podia ser realmente essa reforma do MEC-USAID. (BRITO, 2012)

Já o ex-presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE), José Cipriano da Fonseca, garante que os estudantes fizeram manifestações contra os acordos MEC/USAID e procuravam falar sobre ele, mas não se lembra de ter ouvido falar sobre a presença de Rudolph Atcon no Espírito Santo. Com relação à votação feita pelo Conselho Universitário, ele disse que a mesma deve ter acontecido no final de 1967 quando ele já estava mais afastado do movimento de massas, já que fazia parte do primeiro Comitê Central do PCBR e estava engajado mais na organização do partido. No entanto, ele corrobora em parte a versão de Caldas Brito sobre Carlos Magno.

Eu me lembro de que houve uma fase de queimação muito grande com Carlos Magno e a própria esquerda começou a pichar. Talvez seja em função disso aí, agora eu não me lembro. Só lembro que houve uma fase em que ele entrou em desgraça com a Esquerda. Eu acho que deve ser por isso. Me parece até que houve caso de agressão em reunião. Mas eu não me lembro de ter tido uma discussão específica sobre a vinda desse americano. (FONSECA, 1995)

O então estudante de Odontologia e ex-vice-presidente da UEE, Perly Cipriano, que foi principal quadro do PCB no ME até 1967, quando viajou clandestinamente para a antiga União Soviética (URSS), diz que os estudantes ligados à esquerda teriam sim detectado a presença de Rudolph Atcon no Estado, mas que não tinham a dimensão dos acordos MEC-USAID, apesar dessa ser uma das principais bandeiras da categoria. Ele se lembra de apenas da resistência que havia em relação à mudança das faculdades para o campus de Goiabeiras (CIPRIANO, 1995) onde estão instalados hoje.

Por sua vez, Domingos Freitas Filho, que era ligado à AP e foi presidente do DA da Fafi em 1968, diz que em sua faculdade, os estudantes tinham preocupação em estudar documentos relativos à Reforma Universitária da ditadura e com os rumos que o ensino iria tomar com a implantação do sistema de créditos e outras consequências dos acordos MEC-USAID. Mas Freitas reconhece que, 90% dos estudantes, inclusive as lideranças, não haviam lido nada sobre os acordos MEC-USAID e sequer sabiam do que se tratava.

O ex-dirigente estudantil, hoje professor aposentado da Ufes, contou que foi dispensado da representação estudantil de sua faculdade, exatamente porque os estudantes haviam começado a trabalhar, dentro de todas as instâncias, contra a implantação do projeto de reestruturação.

De acordo com Freitas, quem trabalhou na elaboração do plano dentro da universidade foram exatamente Stélio Dias, Marcelo Basílio e Manoel Ceciliano de Almeida. “O Atcon mesmo pouco aparecia. Essas eram as pessoas que estavam preparando sua cama, para depois irem para Houston (EUA) fazer o seu doutorado e voltar. Um assumiu a Universidade e o outro virou um político bastante conservador. Aliás, os três sempre foram conservadores” (FREITAS FILHO, 1995).

Renato Viana Soares também insiste que houve resistência por parte dos estudantes. Para o ex-líder estudantil, que foi exilado político e, depois da anistia, professor da Ufes e posteriormente da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), o plano de reestruturação foi um projeto piloto de reforma universitária dentro dos planos dos acordos MEC/USAID. Mas, segundo ele, ao contrário do que aparenta, o ME local teria reagido e, na época, denunciado o Plano Atcon, realizando inclusive debates sobre o mesmo.

Ele (Atcon) veio e fez um contrato com a universidade. Era um piloto, fazer o campus de Goiabeiras e o detalhe chegou até à disposição das salas de aula. No CCJE, até recentemente, as salas ficavam de costas uma para a outras, para evitar qualquer tipo de aglomeração estudantil. Foi adotado o sistema de crédito, está lá no plano dele, para quebrar o espírito de turma e de solidariedade entre os estudantes. E vai por aí afora, a instituição do ensino pago, acabar com a representação estudantil, tudo isso, naquela época, eram as teses que ele levantava. (SOARES, 1995)

Conclusão

O Plano de Reestruturação Acadêmico-Científico da Ufes, aprovado pelo Conselho Universitário em 1967 e referendado pelo então presidente-marechal Costa e Silva em dezembro de 1968, foi elaborado por um técnico do USAID, Rudolph Atcon, e possui o espírito da Reforma Universitária promovida pela ditadura. Os elementos e as informações que dispomos reforçam a nossa impressão de que a Ufes serviu como um laboratório para essa reforma, com a participação no seu processo de aprovação, de um importante conselheiro do CFE. Não nos parece um acaso que a estrutura prevista no projeto é ainda hoje, quase 50 anos depois de aprovada pelo ditador de plantão, general Costa e Silva, a coluna vertebral da Ufes. Os depoimentos e documentos que conseguimos reunir certamente são contraditórios quanto a percepção das lideranças estudantis da época sobre a dimensão da reforma que se fazia na Ufes, com base nos odiados acordos MEC-USAID, apontado como luta prioritária do ME. Como demonstramos, ele foi discutido e aprovado no Conselho Universitário por duas vezes,

na segunda quando os representantes estudantis eram ligados às posições mais à esquerda, em agosto de 1968.

Algumas lideranças, como Domingos Freitas Filho, admitem que a maioria dos estudantes não conheciam o conteúdo do acordo (na verdade eram 12 acordos). O engenheiro José Maria Cola (2013), estudante na época da Escola Politécnica, que não era exatamente um militante do ME e também foi entrevistado por nós, afirmou não ter participado sobre qualquer discussão sobre o assunto. Nas atas do Conselho Universitário, vimos mais destaque à preocupação corporativista de representantes docentes de algumas faculdades que seriam unificadas e extintas, como a Odontologia e a Medicina, sobre uma discussão mais aprofundada do projeto de reestruturação.

Percebemos no episódio da reforma acadêmico-científico da Ufes uma demonstração da dificuldade em correntes da esquerda brasileira da época, em estabelecer uma relação dialética entre a conjuntura local e nacional numa leitura de realidade que levasse em conta a necessidade na montagem de uma estratégia que levasse em consideração as especificidades locais. A ação local estava submetida à dinâmica dos grandes centros, lembrando que, somente nos anos 1960, com a crise da erradicação dos cafezais, o Espírito Santo iniciou um processo de transformação na sua estrutura econômica, até então baseada na monocultura do café. Em 1960, quase 80% da população do Estado vivia na área rural, apesar do Espírito Santo estar localizado na região Sudeste, próximo de estados que já se encontravam em franco processo de industrialização, como Rio de Janeiro e São Paulo.

O que percebemos na maioria dos depoimentos e documentos obtidos durante a nossa pesquisa, foi que a análise específica da realidade local, tanto na Ufes como no Estado, quase não era levada em conta no processo de elaboração da ação e intervenção política dos militantes e suas organizações. A referência sempre é nacional. Por isso, não é de se estranhar que o antigo líder estudantil local, Antônio Caldas Brito, que foi dirigente do PCdoB e, posteriormente de uma de suas dissidências, a Ala Vermelha, tenha afirmado que, para as lideranças estudantis de esquerda da época, não havia diferença entre os representantes do regime no Estado e em nível nacional.

Com relação à amplitude do movimento de oposição à ditadura militar, que fez com que as correntes de esquerda vissem a possibilidade de abertura de uma crise revolucionária que derrubasse a ditadura, se Daniel Reis Filho (1988) apontava a existência de apenas duas

greves operárias (em Contagem e Osasco), em 1968, o único movimento de trabalhadores de que temos vaga referência no Espírito Santo entre 1964 e 1968, foi de uma greve de motoristas e trocadores de ônibus.

Uma questão, portanto, é pertinente nessa discussão: se as esquerdas brasileiras acreditavam, conforme Reis Filho, que a ditadura estava isolada e vivia uma crise “incontornável”, que levaria à sua inexorável derrubada pela ação da vanguarda armada das massas, como analisavam a realidade do regime em outros rincões do país, em especial nos estados mais periféricos da federação? De acordo com Caldas Brito, essa discussão simplesmente não era feita.

Não pretendemos, evidentemente, estabelecer qualquer “juízo” das lideranças estudantis daquele período, até porque entendemos que eles cumpriram um importante papel na resistência contra o regime militar e na luta pela redemocratização do país, mas sim lançar as bases para compreender a dinâmica do Movimento Estudantil no Espírito Santo e da UFES naquele período histórico, levando em conta suas especificidades locais.

É evidente que uma insatisfação generalizada no país, que colocasse em questão a ditadura, poderia muito bem ter concretizado o desejo da esquerda brasileira de abertura de uma crise revolucionária, o que não acabou não acontecendo em 1968. Muito pelo contrário, o ano terminaria com o recrudescimento do regime de exceção, através da decretação, no dia 13 de dezembro daquele ano, do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JR., Antônio Mendes de. **Movimento Estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ATCON, Rudolph P. **Proposta para a reestruturação da Universidade Federal do Espírito Santo**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1967.

BORGO, Ivantir A. **UFES: 40 anos de história**. Vitória: UFES, SPDC, 1995.

BORGNETH, Flávio. **Memórias do período militar em Vitória antes do AI-5**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009

BRITO, Antônio Caldas. Entrevista concedida a Alexandre Caetano, Vitória, 5 set. 2012.

BRITO, Antônio Caldas. Entrevista concedida a Alexandre Caetano, Vitória, 2 out. 2012.

CAETANO, Alexandre. Movimento Estudantil no Espírito Santo 1964/1968: da ditadura militar à reestruturação da Ufes. 2013. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

CAETANO, Alexandre et al. **Revista Capixaba Agora**, Vitória, n. 3, p. 04, fev. 1998

CARDOSO, Carlos Magno Gonzaga. Entrevista concedida a Alexandre Caetano, Vitória, Vitória, 1995.

CARDOSO, Carlos Magno Gonzaga; PIGNATON. Alaor: O universitário é privilegiado neste país onde mais de 5 milhões crianças não tem escola. **O universitário**. Vitória, p. 5, ago. 1967.

CIPRIANO, Perly. Entrevista concedida a Alexandre Caetano, Vitória, 3 ago. 1996.

COLA, José Maria. Entrevista concedida a Alexandre Caetano, Vitória, 27 mar. 2013.

CUNHA, Luiz Antônio e GOÉS, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

DIRCEU, José e PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a Ditadura: o movimento contado por seus líderes**. Rio de Janeiro, Garamond, 1998.

FICO Carlos. **O regime militar no Brasil: (1964-1985)**. 2. ed. - São Paulo: Saraiva, 2004.

FONSECA, José Cipriano. Entrevista concedida ao autor, Barra de São Francisco, 1996, 1 ago. 1995

FORRACHI, Marialice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, 2. Ed.

FREITAS FILHO, Domingos. Entrevista concedida ao autor, Vitória, 10 nov. 1995.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1998.

GURGEL, Roberto Mauro. **História da UNE: Depoimentos de Ex-Dirigentes**. São Paulo, Livramento, 1980.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968**. Campinas: Papiros, 1987.

POERNER, Artur José. **O poder jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

REIS FILHO, Daniel Aarão e MORAES, Pedro. **1968: A Paixão de uma Utopia**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense; [Brasília]: CNPq, 1990.

Revista Cultural Fafi. Vitória, n. 01, 1967.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**, São Carlos: Ed. Ufscar, 2006, p. 81-91.

SANFELICE, José Luiz. **O movimento estudantil e a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez Editora, 1986.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995.

SOARES, Renato Viana. Entrevista concedida a Alexandre Caetano, Vitória, 23 ago. 1996.

SOARES, Renato Viana. Exames de suficiência, o que fazer? **Revista Cultural Fafi**, Vitória, p. 39, 1967

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - Conselho Universitário. **Plano de reestruturação da Universidade Federal do Espírito Santo**, aprovado através da resolução n. 11, de 17 de julho de 1967. Vitória, s.d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - Departamento de Assessoramento dos Órgãos Colegiados. Livro de atas das sessões do Conselho Universitário, Vitória, 1966-1968.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.